

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.767 - SP (2019/0269830-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : JOSE RUBENS MAZER
ADVOGADOS : SAMUEL PASQUINI - SP185819
RICARDO AJONA - SP213980
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RICARDO LOPES GODOY - MG077167

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE VEÍCULO. UTILIDADE PARA O REGULAR EXERCÍCIO PROFISSIONAL NÃO DEMONSTRADA NAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto por José Rubens Mazer, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 147):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Pretensão de declaração de impenhorabilidade do veículo do agravante. INADMISSIBILIDADE: Situação que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 833, inciso V do CPC. Ausência de prova da necessidade/utilidade do veículo. Decisão mantida.
RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do apelo especial, o insurgente alega violação do art. 833, V, do CPC/2015, sustentando, em síntese, a impenhorabilidade do veículo, o qual se afigura indispensável ao exercício da profissão de advogado, na medida em que possibilita o seu deslocamento para cumprir diversos compromissos, "especialmente porque atua em processos e atende clientes em diversas comarcas. Há que se considerar, ainda, o fato de o recorrente ser pessoa idosa, o que torna o automóvel ainda mais útil" (e-STJ, fl. 156).

Superior Tribunal de Justiça

Contra-arrazado, o recurso não foi admitido, ensejando a interposição do presente agravo, ao qual foi oferecida contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

Compulsando o teor do acórdão, verifica-se que o Tribunal de origem afastou a impenhorabilidade do veículo com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 148-149):

Trata a questão de processo de execução em que foi penhorado o veículo do executado José Rubens. Em sua impugnação, afirma que o automóvel é necessário ou útil ao desempenho de suas atividades. Não restou suficientemente demonstrada a alegada impenhorabilidade do bem em questão.

O art. 833, inciso V do Código de Processo Civil o dispõe que:

São absolutamente impenhoráveis:

(...).

V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado;

(...).

Em que pese a eventual facilitação do exercício da atividade do agravante com o veículo penhorado, não se trata de máquina a ou ferramenta essencial ao seu desenvolvimento. Ressalte-se que é possível ao executado se locomover por outros meios para atuar nos processos em que patrocina nas diversas comarcas do Estado, inclusive pela facilitação de transporte conferida ao idoso, de forma que o veículo constricto não se mostra o imprescindível ao exercício da profissão.

Nesse sentido:

(...).

Os precedentes jurisprudenciais acima citados enfrentam questão semelhante a dos autos, razão pela qual ilustram este julgamento.

Dessa forma, não merece reparo algum a r. decisão agravada.

Com efeito, o sistema normativo que disciplina a questão deixa claro que a regra é a penhorabilidade dos bens, razão pela qual as exceções decorrem de previsão expressa em lei, cabendo ao executado o ônus de demonstrar a configuração, no caso concreto, de alguma das hipóteses de impenhorabilidade previstas na legislação, como a do art. 833, V, do CPC/2015, retro transcrito.

Por isso, cabe ao executado, ou àquele que teve um bem penhorado, o ônus de demonstrar que o bem móvel objeto de constrição enquadra-se nessa situação de

Superior Tribunal de Justiça

"utilidade" ou "necessidade" para o exercício da profissão. Caso o julgador não adote uma interpretação cautelosa do dispositivo, acabará tornando a impenhorabilidade a regra, o que contraria a lógica do processo civil brasileiro, que atribui ao executado o ônus de desconstituir o título executivo ou de obstruir a satisfação do crédito.

Desse modo, "a menos que o automóvel seja a própria ferramenta de trabalho, como ocorre no caso dos taxistas (REsp 839.240/CE, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ de 30.08.06), daqueles que se dedicam ao transporte escolar (REsp 84.756/RS, Rel. Min. Ruy Rosado, Quarta Turma, DJ de 27.05.96), ou na hipótese de o proprietário ser instrutor de auto-escola, não poderá ser considerado, de per si, como "útil" ou "necessário" ao desempenho profissional, devendo o executado, ou o terceiro interessado, fazer prova dessa "necessidade" ou "utilidade". Do contrário, os automóveis passarão à condição de bens absolutamente impenhoráveis, independentemente de prova, já que, de uma forma ou de outra, sempre serão utilizados para o deslocamento de pessoas de suas residências até o local de trabalho, ou do trabalho até o local da prestação do serviço" (REsp n. 1.196.142/RS, Relator a Ministra Eliana Calmon, Relator p/ Acórdão o Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe de 2/3/2011).

No caso, o aresto recorrido negou provimento ao agravo do ora recorrente, porque ele não fez prova da "utilidade" ou "necessidade" do veículo penhorado para o exercício profissional. Assim, para se infirmar a tese adotada no aresto recorrido, será necessário o reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORABILIDADE DE BEM DECLARADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO.

1. Execução de título extrajudicial.
2. Infirmar a conclusão do Tribunal de origem de que a parte recorrente não fez prova da "utilidade" ou "necessidade" do bem penhorado para o exercício de sua profissão demanda o reexame de matéria fática, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.
3. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio

Superior Tribunal de Justiça

jurisprudencial pretendido.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 1.470.455/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 14/8/2019);

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PENHORA DE VEÍCULO AUTOMOTOR - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE, RECONSIDERANDO DECISUM DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE ACERCA DA INTEMPESTIVIDADE, NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS EXECUTADOS.

1. A regra é a penhorabilidade dos bens, de modo que as exceções decorrem de previsão expressa em lei, cabendo ao executado o ônus de demonstrar a configuração, no caso concreto, de alguma das hipóteses de impenhorabilidade previstas na legislação. Cabe ao executado, ou àquele que teve um bem penhorado, demonstrar que o bem móvel objeto de constrição judicial enquadra-se na situação de "utilidade" ou "necessidade" para o exercício da profissão. Precedentes. 2. O Tribunal de origem entendeu, com base na análise do conjunto probatório colacionado aos autos, que os insurgentes não se desincumbiram do ônus de comprovar que o caminhão penhorado na presente demanda seria útil ou imprescindível para o desenvolvimento das atividades, razão pela qual posicionamento diverso acerca do que foi firmado na instância ordinária requer o revolvimento de provas, providência inadmissível no âmbito do apelo nobre, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

3. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 760.162/SP, Relator o Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 23/8/2018).

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

